



A mídia e o cidadão

» RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

Presidente do Conselho Diretor do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) Nacional e da Academia Paulista de Letras Jurídicas

A Pesquisa Brasileira de Mídia, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ao Ibope, traz algumas novidades, mas basicamente ajuda a confirmar e a dimensionar tendências já detectadas aqui e no exterior. Suas conclusões certamente poderão balizar a comunicação mais eficiente do governo com a população, especialmente nas mídias eletrônicas (rádio, tevê e internet), já que tanto as emissoras quanto os programas e sites oficiais são pouco lembrados e ainda menos assistidos.

De acordo com o levantamento, a televisão é a campeã incontestada de audiência em todo o país, pois 65% dos brasileiros se postam diariamente, por mais de três horas, diante da telinha. Esse percentual sobe para 82%, quando considerados aqueles que assistem cinco ou seis dias por semana. Surpresa, pelo menos para quem não está muito familiarizado com estudos sobre a mídia, é a forte preferência declarada dos telespectadores por noticiários e outros programas de cunho jornalístico, que bate em 80%, deixando em segundo lugar as novelas, com 48%.

O rádio vem em segundo lugar, mas com um dado que desmente sua penetração nos estados com ocupação mais refeita. No Centro-Oeste, por exemplo, 52% da população nunca ouviu rádio, o mesmo que acontece com 51% dos moradores da Região Norte. A maior audiência está no Rio Grande do Sul, com 72% dos gaúchos sintonizando suas emissoras preferidas pelo menos uma vez por semana. O último lugar fica com o Maranhão (9%). Não foi abordado na pesquisa o quesito programas mais ouvidos, o que daria mais clareza ao perfil dos ouvintes.

O terceiro lugar do ranking já pertence à internet, embora 53% da população nacional ainda não acessem esse meio de comunicação, enquanto 26% ficam ligados na web durante a semana, com uma média diária de mais de três horas e meia. Nenhuma surpresa: a internet é a campeã entre os jovens menores de 25 anos (77%) e a menos cotada entre os maiores de 65 anos (3%). Com 68% das citações, as redes sociais aparecem com as mais acessadas, com prevalência do Facebook — uma tendência que estatísticas mais recentes sinalizam como já sendo abandonada pelos mais jovens. Aliás, o Facebook, com 38%, é o site mais procurado por quem está interessado em informação, seguido por portais essencialmente jornalísticos e ligados à mídia impressa, como o Globo.com, G1 e UOL. Entre os entrevistados, em respostas de múltipla escolha, o acesso



à internet por celular registra sensível avanço, com 40% das citações, contra os 80% dos computadores.

Quando se chega à mídia impressa, é sensível a queda da leitura de jornais e revistas entre os hábitos dos brasileiros: 70% e 85%, respectivamente, nunca abrem um jornal ou uma revista — fato que sinaliza as previsões de que esses meios de comunicação estão perdendo espaço. Já os mais otimistas alimentam a esperança de que, com esses tradicionais veículos de comunicação, aconteça o mesmo que ocorreu com o cinema, condenado à morte quando a televisão se popularizou. Ou seja, que jornais e revistas consigam sobreviver, e até se fortalecer, numa simbiose com os outros meios que ameaçam sua sobrevivência. Além disso, é bom não confundir o meio com a mensagem, pois o bom jornalismo pode ser exercido em outras mídias que não a impressa. E mais: como demonstra a preferência pelos programas noticiosos de tevê, a fome pela informação não está desaparecendo entre as pessoas; ao contrário, só faz crescer.

Num importante quesito, entretanto, a mídia impressa leva nítida vantagem. Quando está em jogo credibilidade, ou a confiança na notícia recebida, 53% dos leitores acreditam no que leem nos jornais, enquanto apenas 28% dos usuários põem fé nas informações postadas nas redes sociais. Outro ponto a observar na pesquisa é o peso da oferta de serviços de interesse da população. Por exemplo, no amplo sistema de emissoras, programas e sites mantido e alimentado pelo governo federal, apenas dois sites receberam citações de acesso acima dos 10%, ambos com foco em assuntos de grande interesse: o do Ministério da Educação, com 12,6%, e o da Receita Federal, com 12,3%.

Na análise das várias segmentações estatísticas apresentadas pela Pesquisa Brasileira de Mídia, aparece um forte sinal. O acesso aos meios de comunicação tem relação direta com dois indicadores sociais nos quais o Brasil não brilha, apesar de avanços recentes: a escolaridade e o nível de renda. Ou seja, quem tem mais anos de estudo e orçamento mais folgado poderá ser um cidadão mais bem informado e com maior visão de mundo. Será, por exemplo, um eleitor mais consciente na escolha de seus representantes; um melhor pai ou um melhor professor para as crianças e jovens; um indivíduo mais preparado para usufruir os direitos — e para cumprir os deveres — da cidadania; e assim por diante. Por tudo isso, para quem se interessa pelo tema, é sempre importante lembrar de aliar as pesquisas de mídia à qualidade do conteúdo que elas transmitem.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Alteração do Código Penal atende à Fifa

Leis e salsichas, melhor não saber como são feitas, teria dito Otto Von Bismarck, no século 19, envolvido na missão gigantesca de unificar uma Alemanha afundada em guerras fratricidas. A frase serve para traduzir também o que vem ocorrendo no presente com as mudanças propostas pelo governo e pelo Poder Legislativo no Código Penal, principalmente no tocante à criação, às pressas, de uma lei “antiterrorismo” (PLS nº 499/2013), para ser válida ainda durante a realização da Copa do Mundo. Para alguns juristas, a Lei Antiterrorismo é ainda mais dura do que a Lei de Segurança Nacional (LSN) baixada pelos militares, que tinham como alvo os movimentos armados que agiam na clandestinidade contra o regime. Sob o argumento de acabar com os atos e vandalismo, a nova lei agrava as penas já previstas no CP para manifestantes mascarados envolvidos em tumultos. Em outra frente, o governo vem trabalhando para que o projeto seja apreciado em regime de urgência no Senado, enquanto prossegue, a todo vapor, adotando medidas para afastar os efeitos crescentes das manifestações dos eventos esportivos da Copa. O escritor uruguaio Eduardo Galeano, em palestra na 2ª Bienal Brasil do Livro e da Literatura, foi aplaudido de pé quando afirmou que a Fifa age como um típico regime ditatorial, tratando os jogadores como mercadorias e impondo todas as vontades, que são prontamente atendidas. A semelhança da Lei Geral da Copa.

» A frase que foi pronunciada

“O poder não muda as pessoas, só revela quem realmente são.”

José Mujica

Menos um

» Reunindo profissionais competentes, o Hospital Universitário de Brasília atravessa dificuldades, com falta de investimentos. Mais de 100 pessoas serão prejudicadas. Não houve resposta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, administradora do hospital.

Aumento

» Helicópteros passam a ser meio de transporte em Brasília. De repente, o barulho foi aumentando e o aparelho desceu entre as casas da QL 2 do Lago Norte. Já são várias casas com lugar próprio para receber o novo transporte.

Sem contrapartida

» Continuam sem o menor controle as vendas de casas e terras doadas com intuito social. É preciso repensar a política pública que se torna desigual quando beneficia pilantras.

Voando e andando

» Empresas aéreas estão autorizadas a mudar o horário prometido, prejudicando pacotes de viagens planejados com antecedência. Mais uma vez, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deixa os passageiros sem

proteção. O portal Reclame Aqui coleciona reclamações contra a TAM nesse sentido.

Direitos

» Um consumidor foi indenizado por ter sido impedido de entrar no cinema com alimento não comprado no local da projeção do filme. Sentiu-se coagido e humilhado. Venda casada é proibido. Resultado: R\$ 6 mil de indenização.

Curiosidade

» Advogado comentava, entre um cafezinho e um pão com mortadela: “Engraçado, quando ricos cometem crime, a pergunta é sempre a mesma, quanto têm que pagar para se livrar da cadeia.”

Livros

» Em 2013, 50 mil livros voltados para os concurrenseiros entraram no mercado. No Carpe Diem do Brasília Shopping, dois livros da Editora Alumnus, do selo LeYa, serão lançados. Em 23 de abril, às 19h30, será a vez de *Informática em exercícios*, do professor Erion Dias. São 200 questões resolvidas e comentadas. Dia 30, *Direito administrativo esquematizado quadro a quadro*, que aborda as principais informações para concursos públicos, seja para o nível médio, seja para o superior.

» História de Brasília

Mas a cidade está boa, doutor. Há gente trabalhando, há gente andando, há crianças, há inocência, não é como no começo, quando só havia homem experiente e mulher experiente. Já há, nos pilotis, os nomes de namorados escritos a giz dentro de um coração; já há, nos muros da Caixa Econômica, nomes feios escritos a carvão; e a criança já se dedica, também, aos desenhos imorais nas paredes, usando giz roubado da escola. (Publicado em 13/7/1961)

Por que democratizar a política externa brasileira?

» MARIA REGINA SOARES DE LIMA

Pesquisadora Sênior do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-UERJ)

» CARLOS R. S. MILANI

Professor-adjunto do IESP-UERJ

Na esteira da Conferência Nacional de Política Externa e da Conferência Nacional de Política Internacional, o Itamaraty resolveu organizar os Diálogos sobre Política Externa, com amplo leque de temas da agenda internacional brasileira. Com a participação de setores diversos do mundo empresarial e sindical, mídia, organizações não governamentais, movimentos sociais, intelectuais, pesquisadores e órgãos governamentais, os Diálogos inserem a política externa na esfera pública de discussão, em alinhamento com a tese de que o insulamento burocrático de qualquer agência do Estado democrático enfraquece a própria capacidade de formulação e gestão de políticas governamentais.

A reflexão acadêmica brasileira e internacional tem enfatizado a dimensão de política pública da política externa, haja vista que abrange uma diversidade de questões que são concomitantemente domésticas e internacionais. As jornadas de junho de 2013 colocaram na agenda política a necessidade de se aproximar o Estado da sociedade. É, portanto, mais que oportuno que o MRE se modernize e amplie seus canais institucionais de diálogo com a esfera social.

Hoje, se opõem duas concepções distintas sobre qual deveria ser o formato institucional da participação da sociedade civil nas agendas da política externa. Uma delas, defendida por setores empresariais, propugna

a retirada da coordenação das negociações comerciais internacionais do Itamaraty em favor da criação de espaços de consulta e formulação, envolvendo atores governamentais e setores empresariais.

Nessa hipótese, o Itamaraty perderia agência e agenda importante da política internacional, a despeito de seu protagonismo histórico reconhecido com a eleição do embaixador Roberto Azevêdo para a direção geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). A retirada da agenda comercial de um ministério eminentemente político e sua inserção em agência de regulação comercial, mais suscetível à influência de interesses empresariais e lobbies comerciais, pode incorrer no risco de privatização dessa área da política externa, indo, assim, em direção oposta ao movimento de democratização de seu processo decisório. Essa perda da agenda comercial pelo Itamaraty poderia, ademais, abrir as portas a que, em outras áreas temáticas, a política externa brasileira (PEB) fosse pautada quase exclusivamente por interesses corporativos.

A outra proposta, que aqui defendemos, parte de uma concepção distinta, radicalizando a dimensão pública da política externa. No bojo das atividades do Grupo de Reflexão de Relações Internacionais, articulação autônoma composta por indivíduos oriundos de diversos setores progressistas da sociedade civil, emergiu a demanda de criação do Conselho Nacional de Política

Externa (Conpeb). Inspirado em vários artigos constitucionais e modelos de conselhos participativos de políticas públicas, o Conpeb, de natureza consultiva e contando com a participação de órgãos governamentais, intelectuais, atores políticos, sociais e econômicos, visaria a acompanhar a condução da política externa do poder executivo federal e contribuir para a definição de diretrizes gerais dessa política.

O projeto de Conpeb prevê, além da presença dos setores governamentais específicos da política externa, a participação de uma diversidade e pluralidade de organizações, movimentos, redes e outros fóruns que atuam no campo da política externa, contemplando os setores empresariais, organizações sindicais, movimentos sociais, organizações não governamentais, fundações partidárias, acadêmicas e instituições de estudos e pesquisas, entre outros.

Além de promover a democratização das agendas de política externa e a dimensão propriamente pública de seus debates, a proposta do Conpeb fortalece institucionalmente o MRE e não o marginaliza. Pesquisas acadêmicas recentes têm revelado que, em democracias presidencialistas, mecanismos dessa natureza se tornam ainda mais necessários em função da crescente tendência à “diplomacia presidencial”, que no caso brasileiro se intensificou a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.

